



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

071

HABEAS CORPUS Nº: 0196806-5

COMARCA : Moreno – Vara única
IMPETRANTES : José Augusto Branco e Hércio Ferreira de Oliveira França
PACIENTE : Giovanni Martinovick de Araújo Calábria
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA

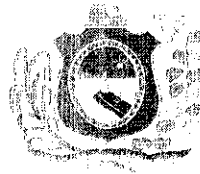
CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO QUALIFICADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. MATERIALIDADE DO CRIME E INDÍCIOS DE AUTORIA. FALTA DE JUSTA CAUSA POR INÉPCIA DA INICIAL. INOCORRÊNCIA. CRIME COLETIVO. INEXIGIBILIDADE DE DESCRIÇÃO, ISOLADAMENTE, DA PARTICIPAÇÃO DE CADA AGENTE. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INCABIMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART.395, DO CPP (COM AS ALTERAÇÕES IMPLEMENTADAS PELA LEI Nº 11.719/08). ORDEM DENEGADA.

I – O Trancamento de ação penal por falta de justa causa, postulado na via estreita do *habeas corpus* somente se viabiliza quando, pela mera exposição dos fatos na denúncia, constata-se, de plano, que inexistente qualquer elemento indiciário demonstrativo da autoria do delito pelo paciente ou que há imputação de fato penalmente atípico 395, do CPP, consoante nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.719/08.

II – Inadmissível a concessão da ordem com o fito de ser trancada a ação penal por falta de justa causa, quando a denúncia descreve a prática de crime em tese e há indícios suficientes da autoria imputada ao paciente.

III- Atendidos os requisitos do art.41, do CPP, é de se ter como geral e não genérica, a denúncia que atribui a mesma conduta a todos os denunciados, quando não for possível delimitar, isoladamente, os atos praticados pelos acusados, como é o caso dos crimes de autoria coletiva, hipótese em que basta, apenas, que a narrativa dos fatos possibilite, a cada um dos acusados, o exercício de sua defesa.

IV - Ordem denegada, à unanimidade.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

ACÓRDÃO

072

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **196806-5** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 27 de Janeiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/ Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

HABEAS CORPUS Nº: 0196806-5

073

COMARCA : Moreno – Vara única
IMPETRANTES : José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira França
PACIENTE : Giovanni Martinovick de Araújo Calábria
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

Os beis. **José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira França** impetraram ordem de *Habeas Corpus*, com pretensão liminar, em favor de **GIOVANNI MARTINOVICH DE ARAÚJO CALÁBRIA**, devidamente qualificado na exordial (fls. 02), onde requerem o trancamento da ação penal nº **224.205.001114-6** a que o paciente responde perante o Juízo de Direito da Comarca de Moreno, neste Estado, como incurso nas sanções previstas nos arts.157, §2º, incisos I, II e III¹, e do art.288², ambos do Código Penal, sob a alegação de falta de justa causa por inépcia da inicial acusatória.

Em extenso arrazoadado, os impetrantes argumentam que a peça acusatória, além de ser genérica, não faz referência a qualquer circunstância factual que possibilite verificar a participação do paciente nos delitos que lhes são imputados, visto que, em momento algum, descreve a conduta do acusado no ínterim criminoso, possibilitando ao mesmo exercer a sua defesa.

¹ Roubo qualificado

Art.157 – Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência;

Pena – reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II – se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III – se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância;

Formação de quadrilha

Art.288 – Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes;

Pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos.

Parágrafo único – A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira 074

Diante de tais fundamentos, os subscritores da arial mandamental pugnam, liminarmente, pela revogação da prisão preventiva decretada em desfavor do paciente e dos demais co-réus, sob o argumento de se tratar de processo nulo.

À inicial foram acostados os documentos de fls.15/25.

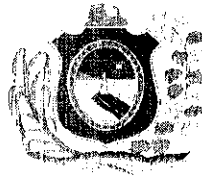
Às fls.33/34, indeferi o provimento liminar, solicitando informações à autoridade judicial indigitada coatora, a qual as prestou às fls.44.

Instada a se manifestar, a douda Procuradoria de Justiça, através do parecer de fls.49/50, da lavra do Dr. Itabira de Brito Filho, opinou pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 27 de Janeiro de 2010


Des.^a Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

075

HABEAS CORPUS Nº: **0196806-5**

COMARCA : Moreno – Vara única
IMPETRANTES : José Augusto Branco e Hécio Ferreira de Oliveira
França
PACIENTE : Giovanni Martinovick de Araújo Calábria
PROCURADOR : Dr. Itabira de Brito Filho
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de *habeas corpus* onde os impetrantes buscam o trancamento da ação penal instaurada contra o paciente e outros nove acusados, por falta de justa causa, em razão da inépcia da inicial acusatória, ao fundamento de que a referida peça não discrimina a participação delitiva de cada um dos denunciados, no evento criminoso em apreço, tratando-se, portanto, de denúncia genérica.

Razão não assiste ao paciente.

Por oportuno, vale conferir a descrição da conduta típica atribuída ao paciente na peça acusatória, *in litteris* (15/21):

"(...) 1. No dia 14/10/2005, por volta das 18:00 horas, na BR-232, no KM 25,4, neste município, vários indivíduos, munidos de arma de fogo de grosso calibre e em comunhão de desígnios, assaltaram o carro-forte, de placas JOZ-3831, nº de ordem 0491, da Empresa Preserve Segurança e Transporte de Valores, tendo subtraído a importância de R\$ 1.831.752, 44 (um milhão, oitocentos e trinta e um mil, setecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e quatro centavos), além de 02 (duas) espingargas, calibre 12, da marca Boito, de propriedade da mencionada empresa; 2. Conforme se apurou, os assaltantes, conduzindo um Fiat/Pálio Weekend e uma caminhonete S-10, interceptaram o carro-forte efetuando um disparo de arma de fogo contra a cabine do veículo, tendo, com isso, o carro-forte parado nas margens da Br-232; 3. Em seguida, os

57



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

assaltantes determinaram que os seguranças que se encontravam no interior do carro-forte abrissem a porta, pois do contrário, os mesmos iriam colocar explosivos de guerra por debaixo do veículo, tendo a referida determinação sido atendida; 4. Por conseguinte, os assaltantes, utilizando explosivos, arrombaram o cofre existente no interior do carro-forte, tendo subtraído a já mencionada importância, evadindo-se do local em frações de minutos; 5. Emerge dos presentes autos que, no dia 27/11/2005, no município de Arcoverde/PE, após intensa investigação policial visando o desbaratamento de uma quadrilha especializada no roubo a carros-forte com atuação no interior do Estado de Pernambuco, agentes da Polícia Civil de Arcoverde conseguiram identificar e prender naquele município o denunciado CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO, vulgo 'Jacó', acusado de fazer parte da referida quadrilha; 6. Encaminhado para a Delegacia Especializada na Repressão ao Crime de Roubo em Recife, o denunciado, CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO, confessou sua participação na prática de vários crimes perpetrados contra carros-forte em diversas cidades do interior do Estado de Pernambuco, inclusive, o assalto em comento, ocorrido neste município, tendo, para tanto, informado onde se encontravam escondidas as armas utilizadas na execução dos crimes, bem como delatado os demais membros da organização criminosa, a saber: **GIOVANNI MARTINOVICK DE ARAÚJO CALÁBRIA, REINALDO RODRIGUES DE SOUZA, JOSÉ AMARO DOS SANTOS JÚNIOR, CLEITON JOSÉ MARTINS DA SILVA, JOSÉ EDSON TENÓRIO DA SILVA, GERSON TEIXEIRA DOS SANTOS, ROBERTO GOMES DE MOURA, ÉRIKA CARLA DE FARIAS TENÓRIO, além das pessoas conhecidas por 'Brown', 'Pivete', 'Pingo', Suana Mirna Feitoza da Silva e Roberto Gomes de Moura, vulgo 'Moura Som' (este último responsável em fugir do palco do crime com o dinheiro roubado), ainda não identificados, narrando, em pormenores, como ocorreram as ações criminosas realizadas pela quadrilha; 7. Consta ainda da peça informativa acostada aos autos que o denunciado CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO, informou que **as armas utilizadas pela quadrilha na execução dos crimes estavam escondidas no Sítio Cazajeiras, de propriedade do denunciado GIOVANNI MARTINOVICK DE ARAÚJO****



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

CALÁBRIA, localizado no Município de Buíque/PE; 8. Narram os autos da peça informativa que, ato contínuo, agentes da Delegacia de Polícia Especializada na Repressão ao Roubo dirigiram-se junto com o denunciado, CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO, ao local indicado como o esconderijo do armamento e, lá chegando, foram recebidos pelo denunciado NILSON CAETANO DA SILVA, o qual se encontrava, no momento, responsável pela proteção do local. Na casa localizada dentro do sítio foram encontradas diversas armas, especialmente em um dos quartos da casa, foram encontrados armamentos pesados, um verdadeiro arsenal de guerra, contendo inúmeras armas de diversos tipos e calibres, enterradas cerca de 50 cm, em dois tonéis, algumas de uso permitido e a grande maioria de uso proibido ou restrito, bem como uma grande quantidade e diversidade de munições e materiais explosivos, conforme discriminado no Auto de Apresentação e Apreensão de fls. (...)." (DESTAQUEI)

Como se vê, a exordial acusatória demonstrou claramente os crimes na sua totalidade e especificou a conduta ilícita imputada ao paciente, consistente em participar de assalto a carro-forte, bem assim integrar bando delinquente, constituído com vistas a perpetrar idênticas práticas delitivas, agindo como responsável pela guarda do armamento e explosivos utilizados pelos membros da precitada organização, em suas ações ilegais.

Observa-se, portanto, que a denúncia atende aos requisitos do art. 41³, do CPP, porquanto ostenta a exposição de fato típico (roubo qualificado e formação de quadrilha), antijurídico e culpável, contendo as circunstâncias em que a infração penal foi cometida, a qualificação do acusado, a classificação do delito imputado ao denunciado e rol de testemunhas, sendo certo que da narrativa se verifica a presença de indícios suficientes da autoria imputada ao paciente.

³ Art. 41 - A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
6
078

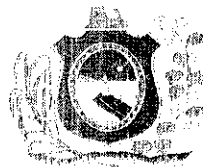
Bem de ver, a propósito, que a denúncia narra a prática de delito de autoria coletiva, como é o caso do crime de formação de quadrilha, hipótese na qual não se há exigir a descrição individualizada da participação de cada denunciado, bastando, apenas, que a narrativa dos fatos possibilite, a cada um, o exercício de sua defesa.

Corroborando tal entendimento, trago à colação julgado, assim ementado:

"HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO. DENÚNCIA INÉPCIA NÃO VERIFICADA. CRIME DE AUTORIA COLETIVA. INDIVIDUALIZAÇÃO MINUCIOSA DAS CONDUTAS. DESNECESSIDADE. No caso, a inicial acusatória descreve as condutas delituosas dos Pacientes relatando, em linhas gerais, os elementos indispensáveis para a demonstração da existência dos crimes em tese praticados, bem assim os indícios suficientes para a deflagração da persecução penal, narrando de que forma os Pacientes agiram (...) Ordem denegada." (HC 80.182/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 17/11/2009, DJ de 14/12/2009)(NEGRITEI)

E ainda:

"É idônea a denúncia que narra crime de autoria coletiva, sem a particularização das condutas dos agentes, mas que permite o exercício da ampla defesa. O trancamento da ação penal pela via do habeas corpus é medida de exceção que só se admite quando evidenciada, de plano, a atipicidade do fato, a ausência de indícios que fundamentem a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade. De outro lado, não verificada de plano a atipicidade da conduta, a inexistência de indícios de autoria ou a extinção da punibilidade, não há que se falar em falta de justa causa para a ação penal, não é o caso, portanto, de imputação imediatamente identificada como arbitrária, que possibilitaria o trancamento da ação (...) Ordem denegada." (HC 111.215/SP, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 06/02/2009, DJ de 13/04/2009)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



079

No mesmo sentido:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ARTIGO 288,
PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP. TRANCAMENTO DA AÇÃO
PENAL. FALTA DE JUSTA CAUSA. INOCORRÊNCIA.
INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DELITO
PLURISSUBJETIVO DE CONDUTAS PARALELAS E
DELITO EVENTUALMENTE PLURISSUBJETIVO.
NARRATIVA GENÉRICA. CONDUTAS HOMOGÊNEAS.**

(...) Nos delitos plurissubjetivos de condutas paralelas e nos eventualmente plurissubjetivos, quando as ações são homogêneas, não se torna imprescindível a pormenorização da atuação de cada agente (Precedentes do Pretório Excelso e desta Corte). Ordem denegada." (HC 69551/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2007, DJ 04/06/2007 p. 399)

Caminhando na mesma trilha o Pretório Excelso, sedimentou entendimento, a saber:

"Habeas corpus. Penal e Processual Penal. Crime de quadrilha ou bando. Ausência de justa causa para o prosseguimento da ação penal não configurada. Materialidade. Reexame de provas. Inviabilidade. Precedentes. Ordem denegada. 1. Tratando-se de crime de quadrilha ou bando, a denúncia que contém condição efetiva que autorize o denunciado a proferir adequadamente a defesa não configura indicação genérica capaz de manchá-la com a inépcia. No caso, a denúncia demonstrou claramente o crime na sua totalidade e especificou a conduta ilícita do paciente. 2. O trancamento de ação penal em habeas corpus impetrado com fundamento na ausência de justa causa é medida excepcional que, em princípio, não tem cabimento quando a denúncia ofertada narra suficientemente fatos que constituem o crime. 3. A via estreita do habeas corpus não comporta dilação probatória, exame aprofundado de matéria fática ou nova valoração dos elementos de prova. 4. Habeas corpus denegado."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira



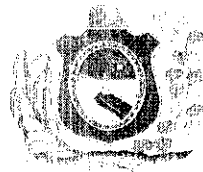
(HC 93291, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, julgado em 18/03/2008, DJe-092 DIVULG 21-05-2008 PUBLIC 23-05-2008 EMENT VOL-02320-02 PP-00397)

Sobre o tema, este Sodalício já firmou entendimento de que, nos crimes previstos no art. 288, do Código Penal, não é necessário que a denúncia descreva minuciosamente a conduta de cada partícipe, bastando, para sua validade, que a exordial a todos se refira, atribuindo-lhes a autoria de fato considerado crime em tese.

Esse foi o entendimento no julgamento, pela 1ª Câmara Criminal, do *Habeas Corpus* nº 172503-7, sob a relatoria do Des. Fausto de Castro Campos, em sessão realizada em 02/09/2008, *in verbis*:

"HABEAS CORPUS. TRIBUTÁRIO. «QUADRILHA». AÇÕES PENAIS. TRANCAMENTO. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. INOCORRÊNCIA. JUSTA CAUSA. AUSÊNCIA. «DENÚNCIA». INÉPCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 41, CPP. CONSTRANGIMENTO NÃO CONFIGURADO. ORDENS DENEGADAS. UNÂNIME. Nos crimes coletivos é admissível o oferecimento de «denúncia» com a descrição «genérica» dos fatos, circunstâncias e autoria, desde que permita aos imputados o exercício da ampla defesa. In casu, a «denúncia» delineia a conduta delitiva de cada um dos acusados, satisfazendo o disposto no art. 41 do CPP. A alegada ilegitimidade passiva que se atribui ao Paciente não é incontroversa, estando a reclamar rigorosa apuração judicial para aferir onde repousa a verdade real, se com o Paciente ou com o co-réu delator, inviabilizando o pretendido trancamento das ações penais no seu nascedouro. Ordem denegada à unanimidade."

Cumpre esclarecer, por pertinente, que é de se ter como geral e não genérica, a denúncia que atribui a mesma conduta a todos os denunciados, quando não for possível delimitar, isoladamente, os atos praticados pelos acusados, desde que atendidos os requisitos do antedito art.41, como é o caso dos autos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

081

Com efeito, a alegação de inépcia da denúncia por ausência de individualização minuciosa das condutas dos Pacientes não merece acolhida.

Isto posto, observo que a denúncia não obistou nem dificultou o direito de defesa do acusado, cumprindo com a determinação do art. 41, da Lei Adjetiva Penal.

Destarte, resta indubitoso que não ocorre, na espécie, qualquer das hipóteses de rejeição a que alude o art. 395⁴, do Estatuto de Ritos, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 11.719, de 20/06/2008, pelo que se depreende haver justa causa para o prosseguimento da ação penal instaurada em desfavor do paciente, não havendo que se falar em inépcia da peça acusatória.

Portanto, no caso, deve ser tida por apta a denúncia, reservando-se para a instrução criminal o detalhamento mais preciso das condutas do paciente e demais denunciados, a fim de que se permita a correta e equânime aplicação da lei penal, visto que a análise sobre a adequação dos fatos narrados na denúncia ao tipo penal afigura-se como matéria de prova que deve ser produzida, com observância do contraditório e da ampla defesa, não se podendo retirar do Estado o direito e o dever de investigar e processar, quando há elementos suficientes para a persecução penal, como é o caso dos autos, razão pela qual o pedido de trancamento não deve ser acolhido.

Ante o exposto, voto pela denegação da ordem.
É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010

Desª Alderita Ramos de Oliveira
Relatora

⁴ Art.395 – A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

I – for manifestamente inepta;

II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou

III- faltar justa causa para o exercício da ação penal.